

ANAIIS

JUSTIÇA

Desafios Teóricos e Institucionais

Alfredo Carlos Storck
Daniela Goya Tocchetto
Fabian Scholze Domingues
Flávio Vasconcellos Comim
Gabriel Goldmeier
Mariana Kuhn de Oliveira
Paulo Baptista Caruso MacDonald
Sabino da Silva Pôrto Júnior (ORGS.)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

ANAIS

JUSTIÇA: DESAFIOS TEÓRICOS E INSTITUCIONAIS.

PORTO ALEGRE

UFRGS

17 a 19 de setembro de 2014

2015

ORGANIZAÇÃO:



APOIO:



Estruturalismo histórico e desenvolvimento humano: uma aproximação das contribuições de Celso Furtado e de Amartya Sen para o desenvolvimento

Fabian Scholze Domingues

Doutor em Economia, professor da UFRGS.

fabiaandomingues@gmail.com

Uma autêntica agenda de pesquisa para o desenvolvimento brasileiro e latino-americano se constituiu a partir das ideias originais de Celso Furtado no âmbito das ciências sociais. Suas contribuições usualmente destacam-se em áreas tão diversas quanto história, sociologia, teoria e política econômica, relações internacionais e economia regional. Gostaria de sugerir nesta apresentação que as contribuições de Furtado também alcançaram o âmbito da filosofia política, transformando a agenda do desenvolvimento numa autêntica agenda acerca da justiça econômica e social.

Uma nova perspectiva sobre a teoria e as políticas para o desenvolvimento surgida na América Latina, aglutinada em torno de Raul Prebisch e da CEPAL, amadurecida por Furtado – o estruturalismo histórico – colocou-se como um autêntico paradigma para pensar e propor soluções às principais questões que afligem as sociedades periféricas e aos seus problemas específicos de desenvolvimento, considerados a partir de suas estruturas econômicas e sociais. A partir do paradigma desenvolvido por Furtado busco identificar pontos de sua teoria que convergem com os novos desafios impostos à agenda do desenvolvimento pela abordagem das capacitações de Amartya Sen.

Um dos principais obstáculos às tradicionais teorias do desenvolvimento econômico consiste em privilegiar – ou atentar exclusivamente – para os problemas econômicos a partir de uma métrica unidimensional: a métrica da renda, que possui no PIB o seu principal indicador de desenvolvimento. A crítica a esta métrica tradicional e uma abordagem alternativa – multidimensional – para os problemas do desenvolvimento foi realizada pelo economista indiano. Suas contribuições para o estudo da disciplina de economia do desenvolvimento são inúmeras. Forneceu a base teórica da abordagem das capacitações, realizando uma ampla crítica metodológica ao utilitarismo e seus conceitos associados de wellfarismo, consequencialismo e sum ranking, com o objetivo de desenvolver, de fato, uma nova abordagem econômica alternativa àquela da economia tradicional para os problemas do

desenvolvimento. Abordagem baseada não na métrica imperfeita da renda, mas nos funcionamentos e capacitações, os seres (beings) e fazeres, que as pessoas legitimamente almejam e que as habilitam para uma vida plena.

Em anos recentes, um indicador em particular, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), criado a partir da metodologia da abordagem das capacitações e composto pela média geométrica de índices nas áreas de saúde (expectativa de vida), educação (taxa de matrículas e expectativa de anos de estudo) e renda, passou a orientar diversas políticas públicas nas áreas sociais – inclusive no Brasil – constituindo-se em rica base de dados para análises e comparações atinentes aos problemas do desenvolvimento em economias periféricas, permitindo novas e interessantes ilações entre desenvolvimento e justiça.

A expansão da base informacional – fundamento da crítica de Sen à métrica da renda e, portanto, uma questão metodológica mais ampla do que a questão da formulação das dimensões do IDH – constituiu importante acréscimo de conhecimento sobre as regiões e grupos sociais mais vulneráveis nos países subdesenvolvidos e mesmo nos desenvolvidos, permitindo comparações e análises enriquecedoras para a compreensão do fenômeno da justiça nas sociedades contemporâneas, complexas e plurais.

Uma maneira de ilustrar a importância das relações entre justiça e desenvolvimento permitidas por uma análise mais ampla das dimensões do desenvolvimento é o recente avanço no estudo das questões de gênero no direcionamento de políticas públicas. Ao quebrar a unidade analítica da família e focar nos indivíduos que a compõe em termos de gênero, a metodologia da abordagem das capacitações orientou os programas de renda mínima. Entre os destaques deste tipo de política pública encontra-se o Programa Bolsa Família, que levou à bem-sucedida política pública de distribuir os recursos de programas de combate à pobreza, às mulheres, às mães de família, por apresentarem resultados substantivamente maiores do ponto de vista da utilização dos recursos para alívio da pobreza¹.

Contudo, apesar de avanços importantes na compreensão dos fenômenos da pobreza e da miséria, tanto por construir uma base de dados mais ampla do que a tradicional métrica da renda para análise das diversas formas assumidas pelo subdesenvolvimento, quanto por orientar e discutir de maneira profícua um amplo conjunto de políticas públicas, ainda falta a esta abordagem considerar a produção como fenômeno histórico estrutural que condiciona as formas de geração da renda e de distribuição do produto nos países da periferia, situando

¹ Um interessante relato sobre as melhoras obtidas pelas mulheres ao se tornarem beneficiárias do Programa Bolsa Família encontra-se em REGO, Walkíria, e PINZANI, Alessandro, *Vozes do Bolsa Família*, São Paulo: UNESP, 2013.

certos grupos de países e de regiões em posições relativamente estáveis no ranqueamento anual proposto pelas comparações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Algumas regiões são recorrentemente bem avaliadas, enquanto outras são sistematicamente e – sugerimos aqui – histórica e estruturalmente deprimidas em sua criatividade, tolhidas nas potencialidades de seu desenvolvimento endógeno, carentes de capacitações sociais e individuais. Falta, pois, à abordagem das capacitações considerar as estruturas e dinâmicas dos mercados reais que se impõem aos países da periferia do sistema econômico. Da perspectiva de Sen os mercados são considerados em função de uma idealização das suas potencialidades e em diálogo com a economia neoclássica, enquanto Furtado teoriza a partir dos mercados reais que se impõem às populações dos países periféricos, seja pelo elevado nível de ociosidade e desemprego dos fatores de produção, seja pelo elevado grau de monopólio nas estruturas produtivas e de abastecimento, que colocam questões de economia política e de justiça não explicitamente tratadas por Sen em suas análises do desenvolvimento e da pobreza.